



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal O Estado de Minas**

Publicada em 02 de março de 2005

Jornalista: Nesses dois anos, qual foi o principal avanço de seu governo?

Presidente: Acho que essa avaliação cabe mais à sociedade e à imprensa do que ao governo. Mas eu diria que o mais importante foi a mudança na agenda estratégica do País. Priorizamos a questão social e a colocamos no centro das políticas públicas – tanto internamente quanto nas ações de nossa política externa. Quando a gente compara a situação em que pegamos o Brasil – com economia estagnada, dólar disparado, inflação descontrolada, relação dívida/ PIB próxima da inviabilidade e carga tributária recorde – com a que se encontra agora, fica claro que ela é substancialmente melhor. Sob qualquer ângulo que se observe. Fizemos reformas fundamentais, que estavam paradas há anos no Congresso: a previdenciária, a tributária e a do Poder Judicial. Aprovamos novas leis de Patentes, de Inovação e de Falências. Retomamos uma política industrial e de exportação para o Brasil. Como resultado, o IBGE acaba de confirmar que a economia cresceu 5,2% em 2004, o melhor desempenho desde 1994. A indústria teve a maior expansão em 18 anos, 8,3%. O risco-país foi o menor dos últimos sete anos. A dívida do setor público reduziu-se de 55% do PIB em 2002 para 53,7% em 2004. E, pela primeira vez, as nossas exportações ultrapassaram a barreira dos 100 bilhões de dólares. Tudo isso num contexto estável, de inflação baixa. Esses não são indicadores descolados da vida real das pessoas. O desemprego recuou de 12,9% em 2003 para 9,6% em 2004. Dois milhões e 100 mil novos postos de trabalho foram gerados em dois anos. Para os mais necessitados ou que estão fora do mercado de trabalho criamos o programa Bolsa-Família, que já atende seis milhões e meio



de famílias e caminha na direção de se tornar o maior programa social do mundo. Avançamos na educação básica e consolidamos o Prouni. Então, todo brasileiro tem motivo para estar orgulhoso e otimista. É claro que a nossa dívida social é gigantesca e ainda temos muito trabalho pela frente. Mas não há dúvidas de que o País avançou consideravelmente.

Jornalista: E qual foi a principal frustração?

Presidente: Acho que a maior frustração de qualquer governante é não conseguir superar problemas herdados do passado no tempo em que gostaria. A redução da desigualdade social e regional é uma batalha histórica, que precisamos vencer. É por isso que, nesses dois anos, procuramos implementar não só uma política sustentável de geração de emprego e renda, mas também uma política efetiva de transferência de renda. O bolo tem que crescer e ser repartido ao mesmo tempo. É uma obsessão do meu governo que, até o final do mandato, o programa Bolsa-Família atinja todas as 11,2 milhões de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza segundo o IBGE. O País também precisa urgentemente de investimentos em infra-estrutura, que vamos viabilizar tanto com a ação direta do Estado quanto por meio das Parcerias Público-Privadas, que acabamos de aprovar. Acredito firmemente que o Brasil entrou em um ciclo de crescimento sustentável, com geração de empregos e redução das desigualdades sociais, e está pronto para se manter no ritmo por mais 15 ou 20 anos.

Jornalista: O debate antecipado sobre a reeleição atrapalha o governo?

Presidente: Atrapalha, mais do que tudo, o Brasil. 2005 não é ano eleitoral. É ano de consolidar os avanços obtidos no ano passado, depois do ajuste duro que tivemos que fazer em 2003. Repito: estão lançadas as bases para um



crescimento sustentável da economia brasileira por vários anos. Não podemos – e não vamos – jogar fora essa oportunidade. Todos os dias eu deito e acordo no meu travesseiro com uma única preocupação: concluir bem o mandato que me foi confiado pelo povo. Vamos deixar o debate sucessório para 2006.

Jornalista: O senhor considera que o PSDB, com as últimas atitudes que tomou, já subiu no palanque de 2006?

Presidente: Isso você tem que perguntar a eles. A gente sobe no palanque quando deseja um mandato popular. Eu já tenho o meu – e estou bastante ocupado com ele.

Jornalista: Por falar nos tucanos, como são as suas relações com o governador Aécio Neves, que é do PSDB?

Presidente: As minhas relações com o governador Aécio Neves são as melhores possíveis. Ele tem sido um interlocutor ativo e responsável do governo. Somos parceiros em vários projetos no estado, como o *Luz Para Todos*, que conta com recursos estaduais e federais. Assim como estamos trabalhando em conjunto com o governador Simão Jatene, que também é do PSDB, na resolução dos conflitos de terra no Pará, ou com o governador Geraldo Alckmin, repassando 700 milhões de reais da União para ajudar nas obras do Rodoanel paulista. Não tenho problemas com nenhum governador, seja da base aliada ou da oposição. Todos recebem um tratamento republicano por parte do governo.

Jornalista: A eleição do Severino Cavalcanti (PP-PE) para a presidência da Câmara dos Deputados muda o seu projeto de reforma ministerial?



Presidente: Não. A eleição do presidente da Câmara é um assunto interno da Câmara, diz respeito exclusivamente ao Poder Legislativo. Qualquer reforma que o governo decida fazer levará em conta a representação dos partidos da base aliada e o desempenho gerencial que as pastas vêm apresentando até aqui.

Jornalista: Em termos nominais, Minas deu ao senhor a maior votação em 2002. O senhor tem planos especiais para o Estado em 2006?

Presidente: Todo o mundo sabe do carinho que eu tenho por Minas e, em especial, pela região do Vale do Jequitinhonha. Não faltará nenhum momento em que o governo federal não esteja disposto a ajudar Minas Gerais.

Jornalista: Como o senhor imagina a disputa em Minas no ano que vem? O senhor apóia a candidatura do vice-presidente José Alencar ou prefere uma candidatura própria do PT?

Presidente: Essa é uma questão a ser discutida pelos partidos, tanto localmente quanto pelos diretórios nacionais. O Presidente da República não deve se envolver.

Jornalista: Na reforma ministerial, o senhor concorda com os analistas que avaliam que é muito grande o espaço do PT no governo?

Presidente: O PT ganhou as eleições presidenciais e tem a maior bancada na Câmara. Portanto, não faz sentido a avaliação de que ocupa espaço excessivo no governo. Como eu disse, a reforma visa maior eficiência técnica e melhor representatividade da base aliada no governo.



Jornalista: Qual é a prioridade do governo para 2005, em termos de reformas constitucionais?

Presidente: Todas as reformas, a sindical, a trabalhista, a política, são importantes, assim como a aprovação da PEC paralela, ICMs e outros projetos. As prioridades serão definidas no devido tempo, de comum acordo com as lideranças do Congresso Nacional. O Fórum Nacional do Trabalho já concluiu a proposta de reforma sindical, por exemplo, e elaborou, com base nas negociações, o Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. A proposta prevê alterações na organização sindical, na negociação coletiva, nas formas de solução de conflitos, no direito de greve e na representação dos trabalhadores no local de trabalho. A mudança na legislação trabalhista é o passo seguinte, para torná-la compatível com a realidade atual do mundo do trabalho e reduzir a informalidade na economia. Quanto à necessidade da reforma política, existe consenso: todos os partidos, inclusive a oposição, estão empenhados. O mais importante é que todos fiquem tranquilos. Este governo sempre praticou e vai continuar praticando o diálogo, a negociação política intensa. As reformas de que o Brasil necessita serão decididas democraticamente, em vistas a trazer benefícios a todos.